

Memória Histórica, Literatura e Rasura

Escrita Reparativa em *Três Histórias de Esquecimento* (2021)

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.50.8>

Margarida Rendeiro

Serendipidade então passou a ser usada para descrever aquela situação em que descobrimos ou encontramos alguma coisa enquanto estávamos procurando outra, mas para a qual já tínhamos que estar, digamos, preparados. (Gonçalves, 2009, p. 5)

“Escrever é uma maneira de sangrar”. Acrescento: e de muito sangrar, muito, muito... (Evaristo, 2018, p. 117)

Introdução

A Visão das Plantas e *Maremoto*, publicados pela primeira vez em 2019 e 2021, respetivamente, foram ambos finalistas de importantes prémios literários portugueses: o primeiro foi finalista do Prémio Pen Club Narrativa, em 2019, e do Grande Prémio de Romance e Novela APE/DGLAB, em 2020, e o segundo foi finalista do Prémio Literário Casino da Póvoa da 23.^a edição do “Correntes d’Escritas”, em 2022. Juntamente com *As Telefones* (2020), *Luanda, Lisboa, Paraíso* (2018) e *Esse Cabelo* (2015), fazem parte de listas de prémios e nomeações para listas de finalistas de prémios literários e constituem a face mais visível do reconhecimento público da qualidade da escrita demonstrada por Djaimilia Pereira de Almeida, desde o início da sua intensa atividade literária. Por isso mesmo, nada faria prever em termos editoriais que, ainda em 2021, fossem republicadas aquelas ainda muito recentes duas primeiras novelas, juntamente com uma terceira inédita, *Bruma*, pela mesma editora, Relógio D’Água, numa única coletânea intitulada *Três Histórias de Esquecimento*. Friso: nada faria prever em termos estritamente editoriais a republicação de novelas já reconhecidas, se não estivesse subjacente a esta publicação uma lógica de articulação de nexos significativos entre as três narrativas, definidos em torno da relação destas com a história de Portugal e, particularmente, com a memória histórica hegemónica nacional. Estes nexos encontram-se ancorados no facto de a sua temática e intenção narrativa as afastar de textos como *Esse Cabelo*, *Luanda, Lisboa Paraíso* ou *As Telefones*, embora a coletânea forneça pistas para a leitura destas a partir de problematizações sobre a construção da memória histórica, já que estas três últimas narrativas estão centradas, sobretudo, em torno da condição pós-colonial portuguesa¹.

Deste modo, defende-se, no presente ensaio, que *Três Histórias de Esquecimento* configura-se como um projeto literário que interroga direta e abertamente os processos de construção da memória

1 Em email enviado à editora Relógio D’Água, a 29 de junho de 2022, F. Vale confirmou que a republicação de *A Visão das Plantas* e de *Maremoto* foi uma proposta da autora, que a editora naturalmente aceitou.

histórica, centralizando vozes que, conquanto desenvolvidas ficcionalmente, dizem igualmente respeito à história de Portugal e que a memória histórica rasurou ou não relevou para evidenciar as complexas dimensões da participação portuguesa no tempo longo da história colonial. *Três Histórias de Esquecimento* lança, em última análise, luz sobre a condição pós-colonial, nomeadamente sobre as complexas dimensões históricas de exclusão social e de subjetividades rasuradas que lhe estão associadas. A literatura portuguesa – e mais especificamente, a literatura portuguesa consagrada – tem explorado figuras que pertencem ao espectro de todas aquelas que já se encontram presentes na memória histórica hegemónica, consequência de uma seletividade que começa a ser problematizada apenas na atualidade. Por isso mesmo, apresenta um mosaico histórico de subjetividades esquecidas, inscrevendo um processo de historização contra-hegemónico que questiona a (des)memória seletiva e, simultaneamente, apresenta os fundamentos para uma multidirecionalidade da memória histórica, no sentido em que Michael Rothberg (2009) discutiu este conceito, para expor a sua densidade e permitir uma verdadeira polifonia e representatividade da memória².

Almeida empreende uma escrita, qual laboriosa tecelã, que retoma pontos caídos ou esquecidos da memória histórica, explorando as potencialidades ficcionais da literatura para desenvolver uma escrita reparativa com estes pontos de memória, desconstruindo, por isso, uma visão dominante, determinista e seletiva sobre o passado. A escritora brasileira Conceição Evaristo afirmou que “o texto literário tem essa capacidade de transitar aqui e ali. A literatura dialoga com várias áreas do conhecimento. E mais do que isso, tem a capacidade de convocar as pessoas, de falar na sensibilidade das

² Utilizo o termo “(des)memória” no sentido que Fernando Rosas lhe deu na sua “Última Lição” na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa em 28 de abril de 2016: o resultado complexo de fatores objetivos e subjetivos, nomeadamente ligados a variados agentes políticos e culturais (meios tecnológicos, mídia e currícula escolares, entre outros), que se materializa em esquecimento organizado que nos deixa num presente contínuo, ahistórico e descontextualizado. A (des)memória sobre o passado colonial é, deste modo, a arma para um combate que se vem travando pela hegemonia da memória no presente e que, no pós-25 de abril, tem sido utilizada para legitimação da ordem capitalista, neoconservadora e neoliberal (Esquerda Net, 2016, 00:30:41).

peças” (Santana, 2020); também Almeida explora uma escrita reparativa que tem a capacidade semelhante de transitar e convocar a sensibilidade das pessoas, lançando luzes outras sobre esse passado histórico para que o mesmo se possa manifestar em toda a sua complexidade. A importância de coligar as três novelas numa única antologia reside no facto de as três em conjunto proporcionarem uma proposta que descoloniza o olhar sobre o *continuum* histórico que vai desde o tráfico negreiro, durante a época tardia do império colonial português, ao fim deste império, com as lutas de libertação africanas — iluminando o que ficou nas sombras da memória histórica e desafiando o leitor a interrogar-se sobre a normalização das rasuras que as sombras da memória deixaram na literatura portuguesa, através de esparsas referências breves.

Homens do Mar e da Guerra e a Rasura na Memória Histórica

Citando *A Terra Portuguesa* de Pequito Rebêlo (1929), em 1945, o geógrafo português Orlando Ribeiro subscrevia a afirmação “Portugal é mediterrânico por natureza e Atlântico por posição” (p. 58). O Oceano Atlântico, em particular, sempre definiu as linhas mestras com que a historiografia portuguesa coseu a construção da memória histórica sobre a nação. Não será, por isso, de estranhar que, recentemente, e a propósito da “Conferência dos Oceanos” das Nações Unidas, realizada em Lisboa, em junho de 2022, o *Diário de Notícias*, jornal de referência nacional, ressaltasse “a relação de Portugal com o mar, uma ligação umbilical que moldou profundamente os quase 900 anos de história do país” (Francisco, 2022, para. 2). Em 1945, Ribeiro identificava o Atlântico não só como o grande regulador do clima do país, mas também do carácter dos portugueses, a justificação sobre a forma como a posição geográfica determinara o curso da história dos portugueses, abrindo-os ao mundo exterior enquanto sujeitos atuantes e moldara a identidade da nação:

alguns historiadores procuraram realçar, ao lado de um Portugal lavrador, que, sem embargo, formará a ossatura da Nação, um Portugal dedicado às fainas da pesca, da

navegação e do comércio marítimo. O que ajuda a compreender a gênese, necessariamente obscura, da expansão e dos descobrimentos, a partir do século XV. (p. 191)

Seguindo esta mesma linha de pensamento, Orlando Ribeiro (1945) conclui o seu *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico* nos seguintes termos:

desvendadas as rotas oceânicas, por elas se fez a expansão portuguesa: em ilhas atlânticas se realizaram os primeiros ensaios de colonização europeia; com base num litoral atlântico, se construiu a maior Nação branca dos Trópicos. Na posição do território está contido um destino: isolado na periferia do mundo antigo (...) coube ao português o papel de pioneiro do mundo moderno. Não se limitou porém a indicar um caminho: afoitando-se por êle, aparece-nos hoje de pés fincados na terra de quatro continentes. (Ribeiro, 1945, p. 239)

Foi igualmente durante a década de 40 do século XX, e no auge da implementação das suas políticas de afirmação do poder, que o Estado Novo explorou uma ideologia maritimista que, conforme destaca Álvaro Garrido (2016), “penetrou o próprio conceito de nacionalismo português” (p. 144). Se Ribeiro encontrou na geografia uma razão para o país desenvolver uma relação particular com o Oceano Atlântico e, através desta, desempenhar o “papel de pioneiro do mundo moderno”, estando a sua abordagem geográfica em consonância com a ideologia lusotropicalista do Estado Novo, o próprio Governo de António de Oliveira Salazar, através da figura de Henrique Tenreiro, desenvolveu uma comunicação propagandística em torno da ligação de Portugal ao mar para fomentar as pescas portuguesas. Delegado do Governo do Estado Novo de todos os organismos corporativos e empresas dependentes das pescas portuguesas, entre 1936 e 1974, Tenreiro foi, inclusivamente, nomeado presidente da Direção da Junta Central das Casas dos Pescadores, em 1950. A par do ruralismo, o maritismo do Estado Novo foi o outro aspeto de uma ideologia nacional que exaltava

um país que se apresentava, simultaneamente, camponês e imperial e, por conseguinte, rural e marítimo, à semelhança da dicotomia desenvolvida em *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico* (Ribeiro, 1945). Exploraram-se uma série de iniciativas estatais de proteção e fomento que tiveram na pesca do bacalhau e na marinha de comércio os seus emblemas nacionais, denotando “uma visão conservadora e tradicionalista dos meios sociais marítimos” e “iniciativas modernizantes” que constituíam “expressões do restabelecimento da soberania do Estado-nação imperial”; por isso, a exploração das pescas constituía, simbolicamente, o “regresso de Portugal ao mar” (Garrido, 2016, pp. 145–146).

Assim, duas figuras masculinas sobressaem na construção da memória histórica portuguesa que, naturalmente, não se iniciou com o Estado Novo em 1933, mas que conheceu durante este regime o seu reforço ideológico lusotropicalista necessário para a sustentação do apoio popular ao regime num país semiperiférico em relação aos restantes países europeus: o pescador e o navegador são as duas faces do homem do mar na memória histórica de Portugal e do império colonial português. Estas são também as faces que obscurecem realidades nacionais menos heroicas e que, durante o Estado Novo, incluíam a deficiente e tardia industrialização do país e as altas taxas de analfabetismo da população portuguesa. O homem do mar colmatou, por exemplo, a impossibilidade de haver um homem da indústria descrito em termos igualmente heroicos e com importância semelhante na memória histórica nacional.

Na construção da modernidade portuguesa pós-25 de abril de 1974, voltada estrategicamente para a união política e económica de Portugal com a Europa, as duas faces do homem do mar português permanecem inquestionadas na memória da história nacional. O caso paradigmático é a revitalização da zona oriental de Lisboa para acolher a exposição internacional em 1998, conhecida como “Expo’98”, subordinada ao tema “os oceanos: um património para o futuro”. Os arruamentos desta zona, a que se deu o nome de Parque das Nações e que acolheu a supramencionada “Conferência dos Oceanos”, têm esmagadoramente nomes ligados ao mar e à expansão marítima (entre eles, “Oceanos”, “Boa Esperança”, “Atlântico”, “Mediterrâneo”, “Bojador”, “Corsário das Ilhas”, “Âncoras” e “Cais das

Naus”), referências a produtos comercializados (“Pimenta”) e à mitologia e a figuras descritas em *Os Lusíadas* de Luís Vaz de Camões (entre elas, “Tágides”, “Ilha dos Amores”, “Fogo de Santelmo”, “Nau Catrineta” e “Heróis do Mar”). Saliente-se que estes nomes não são inexistentes em outras ruas da capital, que incluem exemplos, tais como Pedro Álvares Cabral, Gonçalves Zarco e Diogo Cão em importantes artérias lisboetas. Por outro lado, quer em Lisboa quer em vilas costeiras, a toponímia releva igualmente ainda a importância da figura do pescador, havendo várias ruas dos “Pescadores” e até vários “Bairros dos Pescadores” (em Cascais e Vila do Conde, por exemplo).

Além do homem do mar, o homem da guerra assume especial importância na memória histórica portuguesa, particularmente no que concerne à conquista de território e à construção do império. O homem da guerra assegura o controlo de territórios que o homem do mar descobre. Se as referências mais óbvias dizem respeito aos cognomes de vários reis portugueses (“O Conquistador”, “O Africano”, “O Vitorioso”, “O Rei Soldado”), a figura do combatente português durante a guerra colonial é o último reduto da luta pela manutenção de um império mais imaginado do que verdadeiramente alcançado e preservado. Contudo, numa memória que conserva ainda homens da guerra como heróis, a sua celebração e consagração fazem-se não sem ambiguidades inquietantes no presente, refletindo escolhas ideológicas do passado que não foram ainda desconstruídas. Uma dessas ambiguidades reside também na toponímia de Lisboa, que ainda preserva os nomes de militares portugueses que organizaram e participaram em massacres nas colónias africanas, com o objetivo de, segundo o discurso oficial político no século XIX, “pacificar” as populações africanas revoltosas (por exemplo, Mouzinho de Albuquerque, Paiva Couceiro, Aires de Ornelas), e os nomes das antigas colónias (Angola, Moçambique, Macau, entre outras), não obstante o antigo Bairro das Colónias, edificado na década de 1920, nos terrenos da antiga Quinta da Mineira, ter sido renomeado para Bairro das Novas Nações em 1975³. Estes nomes permanecem,

³ Consultar, a propósito desta temática, João Pedro George (2023): “Penha de França, Bairro das Novas Nações, Olivais: Toponímias coloniais em Lisboa”, artigo online integrado no projeto *Remapping Memories: Lisboa-Hamburg*, projeto plurianual do Goethe-Institut Portugal sobre “o colonialismo e a resistência anticolonial expressos nos vestígios em pedra e no ‘mapa mental’ legado às populações”, com a coordenação do projeto em Lisboa assegurada por Marta Lança e Filipa Raposo.

apesar de outros nomes terem sido substituídos; entre os casos mais óbvios, encontram-se as substituições de “Ponte Salazar” para “Ponte 25 de Abril” ou de “Avenida 28 de Maio” para “Avenida das Forças Armadas”. Por outras palavras, as referências mais diretas ao Governo do Estado Novo foram substituídas, mas o mesmo não aconteceu com as referências ao passado colonial, que conferem uma ainda romantizada idade de ouro portuguesa e influência de Portugal no mundo. Estas referências constituem um sintoma, entre outros, do que prognostica Elizabeth Buettner, em entrevista a Miguel Bandeira Jerónimo e a José Pedro Monteiro (2020) sobre a persistência de memórias seletivas nas sociedades pós-imperiais:

o apelo de elevar inícios pujantes e ‘idades de ouro’, em detrimento de finais enfraquecidos e de uma contração do poder global em meados do século XX, sobreviveu a renúncias ou retiradas contrariadas do império, e é provável que se mantenha nos cânones das culturas nacionais num futuro próximo. (p. 37)

Adiante-se, por exemplo, que, por ocasião dos debates que conduziram à recente aprovação do estatuto do antigo combatente, na Assembleia da República, durante a XIV Legislatura, em 2019, a proposta de Lei n.º 3/XIV, apresentada pela Presidência do Conselho de Ministros (2019), ainda utilizou a denominação “campanhas militares” para se referir às operações militares portuguesas de repressão contra os movimentos de libertação nas antigas colónias africanas, ocorridas entre 1961 e 1975, mostrando a forma como designações referentes ao colonialismo português ainda estão envoltas em silêncios ambíguos⁴. Um último exemplo problemático é o funeral de Marcelino da Mata, antigo combatente guineense nas tropas portuguesas, falecido em 2021. Ficou para a história como fundador dos Comandos, força especial do exército português, e como o militar português mais condecorado de sempre – não obstante as suas

4 “Considerando que o Estatuto do Antigo Combatente, aprovado pela Lei n.º 46/2020, de 20 de agosto, traduz um dever de reconhecimento e solidariedade do Estado Português para com os antigos combatentes pelo serviço prestado ao País nas *campanhas militares* [ênfase adicionada] entre 1961 e 1975” (Portaria n.º 3/2021, 2021, p. 9).

condecorações terem sido atribuídas durante o Estado Novo – e ter tido um papel ativo em mortíferas ações militares portuguesas, tais como “Operações Mar Verde” (1970) e “Ametista Real” (1973), que levou a que a Guiné-Bissau independente proibisse a sua entrada no país. Embora o seu funeral não tivesse tido honras militares, contou com as presenças do Presidente da República e do Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, com o objetivo de reconhecer os serviços de Mata prestados à pátria no passado. Contrastivamente, a generalidade dos combatentes africanos negros que alinhou ao lado das tropas portuguesas nunca recebeu qualquer apoio por parte do Estado português aquando das independências africanas, como o demonstra o trabalho de investigação jornalística “Por Ti Portugal Eu Juro!”⁵, publicado pela *Divergente*, revista digital de jornalismo narrativo, em 2021.

Quatro anos depois da revolução de 1974, Eduardo Lourenço (2000) escreveu, em *O Labirinto da Saudade*, sobre o que chamou ser a obsessão da literatura portuguesa:

resumindo: desejamos insinuar que a nossa história literária dos últimos cento e cinquenta anos (e se calhar todas as nossas outras “histórias”...) poderão receber desta ideia simples, a saber, que foi orientada ou subdeterminada consciente ou inconscientemente pela preocupação obsessiva de descobrir quem somos e o que somos como portugueses, uma arrumação tão legítima como a que consiste em organizá-la como caso particular (e em geral pouco relevante) da literatura ocidental. (p. 84)

A obsessão sobre o “sentido do ser português” (Lourenço, 2000, p. 86), sublinha o autor, está particularmente presente a partir da literatura do século XIX, na sequência das invasões, emigrações e subalternização face às presenças militares estrangeiras ostensivas. A importância do mar e dos homens do mar faz-se sentir na literatura no século XX – *Mensagem*, de Fernando Pessoa, é uma referência

⁵ Disponível em <https://por-ti-portugal.divergente.pt/>.

incontornável, nomeadamente com o poema “Mar Português” e os poemas sobre os navegadores Fernão de Magalhães e Vasco da Gama – tal como o é nas cantigas de amigo medievais, que cantam o amigo partido no mar, ou em *Os Lusíadas*, de Luís Vaz de Camões, sobre o caminho marítimo para a Índia. Recorrendo à literatura portuguesa publicada depois da “Revolução dos Cravos”, *Gente Feliz com Lágrimas* (1988), de João de Melo, e *As Naus* (1988), de António Lobo Antunes, colocam, respetivamente, no centro da representação a figura do emigrante português, homem que substitui, em certa medida, a figura do explorador na contemporaneidade, e as várias figuras dos navegadores portugueses a interagirem, numa situação paralela à situação dos retornados de África, depois de 1974, fazendo uso da história paratática, ou seja, a coexistência de épocas e séculos distintos.

Conforme destaca Fátima Marinho (2016) sobre o romance histórico contemporâneo português, a partir da década de 60, surgiu uma nova conceção da história, devedora da revista *Annales*, que, partindo da consciência de não se poder aceder ao passado, contribui “para o aparecimento de romances que brincam com o passado e no-lo mostram de modo desconfortável e transgressivo”. (Marinho, 2016, p. 1). Se, afirma Marinho, até à segunda metade do século XX, o romance histórico português tinha uma intenção didática em torno da definição da identidade portuguesa, em tempos pós-coloniais, trata-se fundamentalmente de uma renegociação identitária num país reajustado à sua real dimensão. De certa forma, a autora vai ao encontro da reflexão de Eduardo Lourenço ao concluir que a intenção dos autores portugueses é a de procura de “uma identidade vacilante” (Marinho, 2016, p. 13), e, a partir de meados do século XX até à atualidade, de abertamente questionar a história, transgredi-la e, em vários casos, dar voz aos que foram silenciados pela memória histórica hegemónica:

a tentação de questionar a História, de certa forma a domesticar, parece não querer abandonar as lides literárias e o romance é o palco privilegiado destas reflexões. De uma tentativa incipiente de reconstituição de um passado

documentado, se foi passando gradualmente para um questionamento desse passado, partindo dos dados fornecidos pelos historiadores e apresentando-os de modo surpreendente, de forma a deslocar a História oficial para a privada, a excluída dos manuais, mas presente na vida quotidiana dos intervenientes ignorados, silenciosos, mas incrivelmente atuantes. (p. 13)

Todavia, o intuito de dar voz aos intervenientes silenciosos na história nunca problematiza ou coloca em evidência o que, na própria historiografia portuguesa e na construção da memória histórica, já era relegado para segundo plano, como é o caso da participação portuguesa no tráfico negreiro até finais do século XVIII ou, num tempo mais recente, a participação de soldados negros nas tropas portuguesas que, por determinação do Governo do Estado Novo, combateram os movimentos independentistas africanos nas ex-colónias. O que é invisível na memória histórica, não valorizado em contexto historiográfico, continuou invisível na sua representação literária, refletindo como a subalternidade de determinados sujeitos tem estado historicamente normalizada. Na memória histórica hegemónica portuguesa, o sujeito atuante é o português europeu branco e na literatura portuguesa é também ele tipicamente o mesmo protagonista. A transgressão narrativa tem problematizado fundamentalmente a romantização dos séculos XV e XVI como “idade dourada”, não colocando em perspetiva, por exemplo, a violência subjacente ao sistema colonial ou o facto de a produção de riqueza da nação portuguesa ter resultado de um sistema escravocrata, a par do que era praticado pelas outras nações coloniais. A este respeito, Saramago (1981/2022) constitui um exemplo raro de contracorrente quando, em *Viagem a Portugal*, sublinha que “os descobrimentos foram também um gigantesco negócio” (p. 350), interrogando-se sobre quantos escravos terá uma coleira de escravo, encontrada na torre que fora da família dos Lafetás, em Carvalhal de Óbidos, servido no seu tempo. Em todo o caso, e na generalidade da literatura portuguesa, quer sob a forma de romance histórico quer sob a forma de narrativa documentarista, as interrogações mais recentes sobre o passado apontam muito mais no sentido de

desconstruir a narrativa inerente à construção da memória histórica hegemónica do que de criar uma outra contra-hegemónica, que explore e dê densidade a determinados intervenientes sistematicamente ignorados e silenciados e lhes confira uma dimensão atuante relativamente a factos que a própria seletividade da memória relegou para segundo plano.

É exatamente isto o que acontece na coletânea *Três Histórias de Esquecimento*. Nela, Almeida (2021) coloca no centro da narrativa, dando-lhes voz, sujeitos de primeira pessoa, figuras que desafiam as que ocupam relevância na memória histórica: Em “A Visão das Plantas”, o capitão negreiro português é a face do homem do mar obscurecida pelas faces dominantes do pescador e do navegador; em “Maremoto”, o combatente negro, nascido na Angola colonizada, é a outra face do combatente, que existe na memória histórica como homem da guerra branco português; e, em “Bruma”, o velho escudeiro de infância de Eça de Queiroz traz à luz a presença do servo negro na sociedade portuguesa oitocentista, invisibilizado socialmente e, por reflexo histórico, na literatura portuguesa; por outras palavras, estas figuras representam várias formas de violência silenciadas subjacentes ao sistema colonial e às suas complexas (não-)figurações na literatura como expressão de memória histórica construída em contexto.

Escrita Reparativa Sobre a Rasura

“A Visão das Plantas” e “Bruma” não são as primeiras narrativas que exploram a participação portuguesa no tráfico negreiro e na escravatura na segunda década do século XXI, embora sejam as primeiras de autoria portuguesa negra. *Não Se Pode Morar nos Olhos de um Gato*, de Ana Margarida de Carvalho (2016), galardoado com o Grande Prémio de Romance e Novela APE/DGLAB, em 2016, e com o Prémio Manuel de Boaventura, da Câmara Municipal de Esposende, em 2017, é um romance que situa a diegese nos finais do século XIX, já depois da abolição da escravatura, quando um tumbeiro clandestino naufraga ao largo do Brasil, salvando-se um grupo de pessoas, que incluem um homem escravizado e um menino negro.

Também em 2016, Alexandra Lucas Coelho publica *Deus-Dará*, um romance que centrado-se, em primeiro lugar, na história do Rio de Janeiro, constitui um intenso olhar crítico sobre o arquivo de memória histórica do tempo longo das relações entre Portugal e o Brasil e, naturalmente, sobre a memória do sistema escravocrata português nas suas diversas dimensões. No entanto, existe uma diferença fundamental entre estes romances e *Três Histórias de Esquecimento*. Faremos uma rápida digressão para perceber o que faz do projeto literário de Almeida um caso singular.

Não Se Pode Morar nos Olhos de um Gato (Carvalho, 2016) e *Deus-Dará* (Coelho, 2016), com alcances e propósitos distintos – o primeiro desenvolve a ficção a partir de um tempo histórico e o segundo confronta sistematicamente ficção, história e memória –, constituem romances que refletem uma cada vez mais alargada consciência cívica nas nações pós-coloniais a que Portugal, naturalmente, não pôde estar imune, sobre aspetos atinentes a um tempo que as memórias históricas nacionais cristalizaram, mas que é crucial desconstruir para entender os fundamentos da construção da alteridade racial no presente; um processo de consciencialização que acompanha historicamente também, em Portugal, uma progressiva visibilização do ativismo relativamente aos usos públicos do passado e da memória histórica portuguesa, durante os últimos anos da década de 2010⁶. Neste sentido, os dois romances – e particularmente *Deus-Dará*, romance sustentado em extensa bibliografia – fazem parte do movimento de escrita necessário para um acordar de consciências adormecidas, ao dar conta dos aspetos ausentes na literatura sobre a construção da memória histórica.

⁶ Recorde-se que é igualmente em 2016 que Christina Sharpe publica *In the Wake: On Blackness and Being* (Na Vigília: Sobre Negritude e o Ser; Duke University Press), em que descreve o imperativo de uma consciência e de um discurso político que (re)pense as práticas de um passado que se manifesta no presente sob a forma de discriminação e exclusão política, social, racial e cultural. Em Portugal, e a título exemplificativo de significativas ações ativistas sobre os usos públicos da memória do passado histórico, em 2017, foi publicada nos meios de comunicação a carta coletiva “Um Regresso ao Passado em Gorée – Não em Nosso Nome”, assinada por investigadores, ativistas e professores universitários que se insurgem contra o facto de durante uma visita à ilha de Gorée nesse ano o Presidente da República português ter afirmado que Portugal abolira a escravatura em 1761 por ter reconhecido nela uma injustiça. Igualmente nesse ano, a inauguração de uma estátua do Padre António Vieira, no centro de Lisboa, rodeado por crianças indígenas, identificando-o como defensor dos direitos humanos, mereceu a contestação pública do grupo Descolonizando.

Embora, observando igualmente uma ligação entre a memória histórica nacional e a ficção, aquelas duas narrativas de *Três Histórias de Esquecimento* ancoram a ficção a partir de esparsas referências sobre o tráfico negreiro e a escravatura na literatura portuguesa, publicadas no início do século XX; são estas referências, aliás, que constituem as páginas iniciais destacadas destas narrativas, servindo de mote a partir das quais a ficção se constrói.

“A Visão das Plantas” é um desenvolvimento ficcional a partir de um excerto das páginas iniciais de *Os Pescadores*, de Raul Brandão (1923/1979): “entre eles, principalmente, o capitão Celestino que, tendo começado a vida como pirata, a acabou como um santo, cultivando com esmero um quintal de que ainda hoje me não lembro sem inveja” (p. 19); o narrador em *Os Pescadores* descreve resumidamente que “a sua vida anterior fora misteriosa e feroz. De uma vez, com sacos de cal despejados no porão sufocara uma revolta de pretos, que ia buscar à costa de África para vender no Brasil” (Brandão, 1923/1979, p. 19).

“Bruma” explora ficcionalmente um fragmento da memória pessoal de Eça de Queiroz (1979), relatada na crónica intitulada “O Francesismo” (de 1912), integrada nas *Últimas Páginas*, publicadas postumamente, na qual Queiroz sublinha que “a minha mais remota recordação é de escutar, nos joelhos dum velho escudeiro preto, grande leitor da literatura de cordel, as histórias que ele me contava de Carlos Magno e dos Doze Pares” (p. 814).

Por outras palavras, “A Visão das Plantas” e “Bruma” partem de uma realidade histórica que já é passado histórico no momento da escrita daqueles fragmentos e cuja memória já se encontra refletida na literatura portuguesa publicada no início do século XX. Estas referências surgem ou sob a forma de curiosidade não necessariamente confirmada, como é o caso em *Os Pescadores* (Brandão, 1923/1979), ou sob a forma de apontamento memorialístico, como é o caso na crónica de Eça de Queiroz (1979). Em “A Visão das Plantas” e “Bruma”, o exercício de escrita parte menos da mera problematização da construção da memória histórica do que das implicações da

sua representação na literatura, convocando o leitor para o descaso da relevância do tráfico negreiro e da subalternização do trabalhador negro na memória nacional, evidenciado na normalização de circunstâncias históricas que se concretiza em breves apontamentos sobre esse passado desprovidos de ênfase.

“Maremoto”, a segunda narrativa desta coletânea, não tem um ponto de partida semelhante aos de “A Visão das Plantas” e “Bruma”, não encontrando mote em nenhum texto literário. Explorando a existência ficcional de um antigo combatente angolano que lutou ao lado das tropas portuguesas durante as lutas de libertação africanas e que sobrevive como arrumador de carros na Rua António Maria Cardoso, no centro de Lisboa, “Maremoto” é uma narrativa que se desenvolve a partir de silêncios na memória da guerra colonial e na representação da memória dessa guerra na literatura portuguesa. Como bem sublinha Margarida Calafate Ribeiro (2016), “no pós-25 de Abril, e pela natureza libertadora do momento pelos mesmos militares que em África fizeram a guerra, a guerra foi silenciada e resistiu de novo à narrativa” (p. 29). Se a memória da guerra constituiu o elemento perturbador na construção da democracia portuguesa e “numa espécie de contradiscurso, a ficção portuguesa do pós-25 de Abril ia mostrando a importância da memória, não só como essencial à construção da democracia, mas como seu elemento fundamental” (Ribeiro, 2016, p. 30), a participação do combatente negro africano nas tropas portuguesas emerge como um caso de memória histórica cujo silêncio a literatura portuguesa resistiu a confrontar. Recorrendo novamente às palavras de Eduardo Lourenço (2000), na obsessão do “sentido do ser português” num Portugal redimensionado, a literatura (re)pena a memória histórica cuja cartografia tem no país recém-saído da guerra e da ditadura o seu centro nevrálgico de reflexão; deste modo, o combatente negro africano é sempre o “outro” e representa a memória de um país, “do Minho a Timor”, que não existe mais. Acresce o facto da literatura ser sempre expressão da vida e as experiências de vida dos vários autores portugueses nas antigas colónias, como António Lobo Antunes ou Lídia Jorge, não lhes dar matéria de reflexão sobre algo que não fosse a participação portuguesa branca na guerra e

nas antigas colónias. Neste sentido, “Maremoto” coloca em questão a ausência do combatente negro africano na memória histórica e, sobretudo, a sua não-representação na literatura como reflexo dessa mesma rasura.

Em 2018, numa entrevista aquando da publicação de *Luanda, Lisboa, Paraíso*, Almeida afirmou sentir-se especialmente interessada em participar na “grande conversa sobre literatura”:

acho importante nunca perder de vista também o aspeto literário. O contributo social e político é tão mais forte e perene quanto se misturar com esta conversa; a conversa: essa conversa antiga, a conversa do que se passa nos livros. Interessa-me participar nessa conversa. É tão mais subversivo o contributo de todas essas pessoas quanto mais ele se inscrever nesta conversa e continuar para lá do momento em que as discussões fora da literatura estavam a ser tidas. Os livros preservam o sentido da discussão e mantêm entre si uma discussão própria, que nos ultrapassa, que se prolonga para lá de nós e para lá do momento que estamos a viver. (Lucas, 2018, para. 32)

Mais do que qualquer das outras narrativas de Almeida – e sobretudo mais do que a publicação autónoma de *A Visão das Plantas e Maremoto – Três Histórias de Esquecimento* permite à sua autora participar numa “grande conversa”, centrada na relação entre a literatura e a (des)memória e, particularmente, sobre o modo como a literatura reflete a (des)memória do tempo longo do colonialismo português. É, por isso, particularmente instigante para esta conversa que “A Visão das Plantas” constitua a primeira narrativa desta coletânea porque trata sobre a boa consciência relativamente ao passado, desde logo porque constitui a única personagem branca, protagonista nesta coletânea, um sujeito ativo no sistema colonial escravocrata. Celestino é um antigo capitão negreiro que regressou, em final de vida, à casa materna na Foz do Douro, vivendo solitariamente como bom jardineiro do seu próprio jardim que cuida com esmero. A epígrafe desta narrativa é retirada da obra do filósofo britânico Peter Geach; inspirada na parábola dos trabalhadores

da vinha do Evangelho de S. Mateus, reflete sobre o facto de uma pessoa nunca se arrepende nem encontrar castigo para as atrocidades que cometeu no passado e morrer de consciência tranquila sem julgamento. No âmbito da novela, esta interrogação permite formular uma outra, mais ampla e complexa, sobre os limites éticos da (des)memória no que diz respeito às múltiplas dimensões de violência do passado colonial no presente. Esta questão ultrapassa o plano meramente individual do perpetrador porque os atos de violência que cometeu não foram, no seu tempo, vistos como atos criminosos, fazendo parte de um sistema colonial que permitiu o trânsito e o usufruto de riqueza nacional. Deste modo, a boa consciência de Celestino interroga-nos, coletivamente, sobre a nossa boa consciência enquanto leitores, herdeiros e beneficiários das riquezas que esse sistema produziu no passado; até que ponto, no presente, podemos esquecer, não encontrando reparação, modalidades de violência que hoje sabemos não serem aceitáveis, mas que no passado o eram ou, pelo menos, a sua não aceitação não fazia parte do pensamento hegemónico? As formas de violência incluem não apenas a escravização de pessoas negras, objetificadas para a exploração de matérias-primas e produção de riqueza, mas igualmente a política extrativista, que esgotava os recursos de territórios colonizados para usufruto dos países-potências, que se mantém até aos dias de hoje:

a madeira viera do Pará. (...) Os troncos haviam feito a rota dos homens, deitados como nem a estes era permitido, dormindo sobre as ondas até virem dar às mãos do velho mestre de carpintaria. (...) O carpinteiro pressentia a floresta no mogno antes de lhe aplicar a lixa. Quase a sentia pulsar e conseguia ouvir a vida que contava, as gentes selvagens que haviam adorado a árvore nos Brasis misteriosos. (...) A mãe de Celestino, que encomendara o camiseiro, não podia saber que a madeira contava a história do seu filho ido há muito. (Almeida, 2021, p. 52)

São vários os níveis de silenciamento da violência que acompanhou o colonialismo: do transporte da mão de obra cuja dignidade humana foi desconsiderada, à extração da matéria-prima cujo cuidado no

transporte teve em vista o lucro programado, até à sua transformação em objeto, vendido a quem nunca saíra do país, mas que viu melhorias introduzidas na sua vida e não estava necessariamente ciente das várias nuances da violência colonial. Contudo, todo o processo de violentação de pessoas e recursos é descrito por um narrador onisciente no presente e a descrição da exploração da natureza em território longínquo e ocupado contrasta significativamente com o cuidado extremo do jardim local; a natureza domesticada pode, no entanto, encerrar subtis ameaças: “os dedos das plantas estenderam-se para ele, chamando-o para que se rendesse e se transformasse em árvore. Os galhos picavam-lhe as pernas” (Almeida, 2021, p. 49). Os desequilíbrios infligidos têm um custo; se a natureza parece não exercer julgamento e condenação – as plantas não condenam nem absolvem –, resta aos humanos esse julgamento.

De forma semelhante, em “Maremoto”, o leitor é implicitamente interrogado sobre que limites de esquecimento podem ser admitidos relativamente à existência daqueles que acreditaram nas promessas de um país a que sentiram pertencer e que tipo de reparação podem estes almejar. É uma longa carta a uma filha de quem não sabe há longos anos, cujo pai, Boa Morte da Silva, tem a preocupação constante que não se perca pelo mundo, mesmo não sabendo como a poderá enviar um dia. “Maremoto” remete-nos para a escrita como um dever de memória no presente. É inevitável pensar em Cartola, protagonista de *Luanda, Lisboa, Paraíso*, e no tanto que estas duas personagens partilham de desilusões face a expectativas goradas e integrações falhadas. Aliás, os finais das duas narrativas são semelhantes num desfecho em que ambos os protagonistas desaparecem da visão: enquanto Cartola some no meio das pessoas no Cais das Colunas, Boa Morte mistura-se na multidão que desce para a estação do metro no Chiado⁷. Contudo, a invisibilidade social do

7 A ideia de invisibilização social do sujeito negro como imagem final é recorrente na escrita de Djaimilia Pereira de Almeida. No seu texto “Mamã Morte”, contribuído para a exposição “Contos de Lisboa/Tales of Lisbon” da artista visual luso-angolana Mónica de Miranda, exibida no Arquivo Municipal de Lisboa, em 2020, o protagonista Cruzado desaparece na Lisboa pós-colonial e neoliberal do seguinte modo: “a cidade assomava no nevoeiro: as fachadas engavetadas entre pré-fabricados que eram agora restaurantes franceses, farmácias que tinham sido tascas, supermercados que um dia foram sapateiros, tudo exibindo um pouco do seu passado, ainda que vestido com novas cores. E nunca mais ninguém o viu” (Miranda, 2020, p. 62).

sujeito negro tem um lastro histórico que vai para além do período do Estado Novo e que se torna visível a partir do momento em que “Maremoto” se torna na segunda narrativa de *Três Histórias de Esquecimento*, depois de “A Visão das Plantas” e antes de “Bruma”.

Na leitura que faz desta novela e recorrendo ao conceito de “sociologia das ausências” de Boaventura de Sousa Santos, Sheila Khan (2021) destaca a dimensão de solidão e ausência que a pós-colonialidade portuguesa encerra e de que “Maremoto” nos dá conta: “*Maremoto* conduz-nos pelos vários caminhos íntimos, profundos e densos da vida e da identidade do seu personagem, através da solidão e ausência abissais de que padece a pós-colonialidade portuguesa” (p. 133). Ao ser incluída como segunda novela em *Três Histórias de Esquecimento*, esta dimensão ganha a densidade que o lastro histórico confere porque a integra no tempo longo de um sistema colonial que esteve na base da construção do negro como o “outro”, o invisível, malgrado a propaganda estado-novista que lhe atribuía estatuto social sob condição de se tornar assimilado na sociedade colonial portuguesa:

não sou eu que sou invisível aos olhos dos outros, a agitação da vida é que passa por mim e não deixa marca. (...) Dizem que há muitos pretos, mas me sinto o único preto de Lisboa, tenho a ideia de que me pintaram e me mandaram para o Chiado com a cara borrada como castigo. Penso isto, filha, só quando entra o desespero. (Almeida, 2021, p. 152)

Boa Morte e a sua amiga santomense Fatinha, doente mental e sem-abrigo, tal como Cartola e o seu filho Aquiles, em *Luanda, Lisboa, Paraíso*, são os invisíveis e marginalizados na cidade de Lisboa; dos que facilmente desaparecem na multidão, em locais nevrálgicos da geografia histórica da cosmopolita capital lisboeta.

E se num país semiperiférico, a capital é, hoje em dia, uma cidade neoliberal e gentrificada, rivalizando com as restantes cidades europeias, a sua Baixa turística, nomeadamente a zona do Chiado, encerra a memória histórica de um cosmopolitismo que remonta ao

período oitocentista, construído também em comparação com o que acontecia nas principais cidades europeias, Londres e, sobretudo, Paris, e ao mesmo tempo em que se intensificavam e se reconheciam os esforços de quem pugnava pelo direito da presença colonial portuguesa em África, face à Conferência de Berlim. Um desses reconhecimentos foi a renomeação da Rua do Tesouro Velho para Rua António Maria Cardoso em 1890, nome de um dos exploradores das campanhas em África, cujo trabalho fundamentará a narrativa dos direitos de posseção portuguesa das colónias africanas, chegando Cardoso a ser governador da Companhia de Moçambique na segunda metade do século XIX⁸. A zona do Chiado, que inclui esta rua, a mesma rua onde também ficou instalada a sede da polícia repressiva do Estado Novo, faz parte da toponímia da memória histórica de uma geografia que mapeia o desejo português de reconhecimento de pertença à modernidade capitalista mercantil, explorada à custa do violento sistema colonial.

Normalizados política e socialmente, os inícios da construção desta modernidade portuguesa estão amplamente refletidos na literatura oitocentista, especialmente nos romances de Eça de Queiroz (1979), falecido coincidentemente no mesmo ano do óbito de António Maria Cardoso, e reconhecidos igualmente na sua crónica “Francesismo”: “porque havia então em Lisboa toda uma classe culta e interessante de políticos ‘franceses’, quer no Grémio, na Havanesa, à porta do Magalhães (...) Também havia decerto, na Baixa, no Passeio Público, imperialista” (p. 818). Paralelamente, em ambiente de desalento dos progressistas oitocentistas, entre os quais se incluía Eça de Queiroz, África surgia como uma oportunidade para fazer renascer o espírito heroico português e o progresso, tendo o Ultimato Inglês constituído um duro golpe para a consciência nacional.

8 O mesmo edital municipal de 6 de fevereiro de 1890, cerca de um mês depois do Ultimato Inglês (11 de janeiro de 1890), que homenageou em vida António Maria Cardoso, homenageou Vítor Cordon e Paiva de Andrade, outros dois exploradores de África, ainda vivos também. O edital realçava em relação aos três homens que “importa perpetuar na memória dos povos e através das gerações os nomes dos que lidam com abnegação e valor pela grandeza da pátria, e renovam hoje em terras de África o brilho das nossas melhores tradições” (toponimialisboa, 2015). Na Rua Vítor Cordon, localizava-se o Hotel Bragança, onde se reuniram os “vencidos da vida”, um grupo elitista de intelectuais e políticos que se insurgiu contra o lento e tardio processo de modernização do país e manteve as suas tertúlias ativas até cerca de 1894. Entre os seus membros, incluía-se Eça de Queiroz.

Paralelamente, e mesmo depois da abolição da escravatura, pouco mais de 40 anos antes das primeiras obras de Eça de Queiroz serem publicadas, a invisibilidade social dos negros que, oficialmente libertos, continuavam muitos deles, na prática, em regime de servidão, refletiu-se, por exemplo, na ausência de referências a este respeito na literatura, apesar das críticas ao tráfico negreiro como prática do passado recente; é caso da personagem Maria Monforte, em *Os Maias* (Queiroz, 1888), conhecida depreciativamente na sociedade portuguesa como “a negreira” porque o seu pai tinha acumulado fortuna à custa do tráfico negreiro para o Brasil, ao mesmo tempo que as descrições sobre a sociedade burguesa lisboeta nesta obra *queirosiana* omitem a presença de portugueses negros na cidade ou a relevância do sistema colonial para alcançar o progresso nacional. Saliente-se que a relação entre estes factos históricos e a (não-)visão de Queiroz sobre o sistema colonial português ainda se encontra silenciada nos estudos *queirosianos* portugueses atuais⁹.

Em “Bruma”, o protagonista é enviado de uma roça na Bahia, onde fora escravo, para servir como escudeiro da família de Eça de Queiroz no norte de Portugal. Tratado “como animal de carga” (Almeida, 2021, p. 203), é enviado para Lisboa e de volta para o norte “como se envia uma carta” (p. 204), após o nascimento de Eça de Queiroz. Bruma aprende a ler sozinho em jornais e nas histórias de aventuras de Carlos Magno e dos Doze Pares, “nos números velhos do Século do Rio de Janeiro que trouxera consigo da Baía”, que lia à porta da cabana que construía e que tinha “uma boina de marinheiro suspensa num galho” (p. 198). Com fina subtileza, a escrita de Almeida inscreve um irónico paralelismo: as histórias que Bruma trouxera da sua vida de cativo no Brasil escravagista e que lhe permitiam viajar mentalmente como homem livre que não era, são os mesmos que lê à criança José Maria de Eça de Queiroz.

9 A repercussão na imprensa portuguesa, durante os primeiros meses de 2021, da sessão pública online de Vanusa Vera-Cruz, doutoranda da Universidade de Massachusetts-Dartmouth, sobre os reflexos do racismo estrutural português em *Os Maias* evidencia a persistência atual das resistências à aceitação do lastro histórico desse racismo, particularmente quando o mesmo envolve a obra de um autor consagrado português, visto como imune a estas questões, denotando as rasuras na memória histórica nacional que ainda acompanham estudiosos *queirosianos* que se dispuseram a comentar o caso para a imprensa.

Nas memórias do escritor português, são estas leituras que, mais tarde, em idade adulta, utilizará como recordações para ancorar o seu cosmopolitismo cultural e visão crítica do progresso nacional; em “Bruma”, a boina de marinheiro emerge simultaneamente como metáfora do viajante que Bruma nunca será e de todo um passado histórico protagonizado pelos homens do mar portugueses que se encontra sublimado na memória nacional. A realidade para Bruma é a de uma vida de servidão para utilidade e entretenimento na sociedade portuguesa branca:

chovia lá fora e Bruma, sentado à mesa da cozinha vazia, sentiu-se tomado por uma agonia. Talvez o traje surrado, as mangas curtas demais, a figura baixa e curvada, os pés para fora, lembrassem a alguém um palhaço, ao vê-lo seguir a senhora na Baixa. Lembrava ainda a vez em que tinha visto um negro fazer de mostrengo numa festa da terra. (Almeida, 2021, pp. 203–204)

A Baixa lisboeta que poderá ver Bruma como um palhaço é a mesma que, menos de um século mais tarde, poderá ver em Boa Morte da Silva um palhaço condenado à ostracização, depois de servir o país que não o reconheceu como seu cidadão depois de 1975. A sugestão de memória do *blackface*¹⁰ sobre a pele negra reforça a este-reotipificação que acompanha o lastro histórico de subalternização dos negros na sociedade colonial portuguesa e contra as promessas estado-novistas sobre igualdade racial nunca cumpridas.

Regressando à questão sobre os limites éticos do esquecimento que podemos formular a partir deste volume; na primeira e na última narrativa, tanto Celestino como Bruma morrem pacificamente durante o sono; enquanto o antigo capitão negreiro “numa noite de Inverno, acabou os seus dias, sem uma dúvida na consciência tranquila” (Almeida, 2021, p. 87), o velho escudeiro negro é descartado

¹⁰ *Blackface* é uma prática teatral que remonta ao século XIX e que se acredita que terá sido iniciada nos Estados Unidos. Os atores, que eram sempre brancos, pintavam a cara com carvão de cortiça para representar personagens afro-americanas de forma exagerada, geralmente em espetáculos de menestréis norte-americanos, principalmente depois da guerra civil.

como velha mobília pelos senhores que se mudaram para Lisboa quando o menino foi para o colégio, antes de morrer: “não estava sozinho na manhã em que, sonhando que conversavam, morreu no sono, à sombra dos plátanos” (Almeida, 2021, p. 251). Se considerarmos o tempo histórico das três narrativas em *Três Histórias de Esquecimento*, dos finais do século XIX, o tempo narrativo passa pelo presente e recua novamente para o século XIX. A ausência de julgamento de vítimas e algozes nivela a morte dos dois protagonistas a um simples passamento de corpos físicos (uma “boa morte”), ao mesmo tempo que este fim comum parece entrelaçar os nexos significativos em torno de uma proposta possível; morrendo Celestino e Bruma de consciência tranquila, quão tranquila poderá a consciência do leitor contemporâneo ficar ao terminar a sua leitura? A resposta caberá, certamente, à boa consciência de cada leitor sobre o tanto que está disposto a reconhecer-se como sujeito atuante de memória no contributo para uma ética dos afetos em comunidade que é, por natureza, plural e diversa: é a forma de reparação possível.

Encruzilhadas Atlânticas de Reparação

Ao problematizar a (des)memória sobre a violência colonial, especialmente a partir da sua representação da literatura, Almeida empreende um exercício de escrita semelhante ao da escritora brasileira Ana Maria Gonçalves (2006), que levou à publicação de *Um Defeito de Cor*. Galardoado com o Prémio Casa de las Américas (Cuba, 2007), é um romance histórico que é uma longa carta de Kehinde, a idosa africana, nascida no Reino do Daomé, ao filho desaparecido, sobre o seu passado de escravizada no Brasil. A história terá sido inspirada na vida de Luísa Mahin, suposta mãe do poeta e advogado brasileiro negro Luiz Gama, uma ex-escravizada que teria participado na Revolta dos Malês na Bahia, no século XIX. No prólogo do romance, Gonçalves argumenta que a sua escrita foi resultado da serendipidade, ou seja, fruto de um acaso; estando numa livraria à procura de informações sobre Cuba, deu com um livro sobre a Bahia de Todos os Santos e nele leu uma referência à Revolta dos Malês. A partir desse momento, que a levou a mudar-se

para a Bahia e a descobrir manuscritos de uma antiga escravizada, escreveu *Um Defeito de Cor*. Sucessivos acasos de leituras e de pormenores aparentemente inócuos levam Gonçalves a deter-se numa vida invisibilizada e a dar-lhe a densidade subjetiva que a construção da memória histórica brasileira obliterou como pontos esquecidos. São também leituras de outros textos literários que levam Almeida a deter-se em frases que isola mentalmente para as expandir e dotá-las da densidade que lhes faltou, como pontos esquecidos da memória histórica nacional. A serendipidade é uma significativa estratégia metodológica de provocação à escrita dos pontos de história obliterados que está assente, como lembra Enzo Traverso (2012/2020), numa empatia de sentido único e unívoca:

os percalços que resultam de uma empatia de sentido único, desprovida de distância crítica em relação ao seu objecto, são mais frequentes quando a polifonia dos actores se torna inaudível, escutando-se apenas uma voz, não havendo lugar a uma interação entre memórias antagonistas no espaço público. (p. 57)

As pistas da memória rasurada encontram-se por todo o lado e pela literatura também. Neste sentido, a escrita de Almeida é reparativa, tal como a escrita de Gonçalves também o é, porque desafia processos de historização hegemónicos, ou seja, inscreve neles *escrevivências* rasuradas¹¹. Uso “escrevivência” no sentido que Conceição Evaristo lhe deu, que restitui à autoria negra — e em particular às mulheres negras —, a autoridade da voz negra rasurada da memória. Neste sentido, a autoria negra e, em particular da mulher negra, é bastante importante porque “já são donas da escrita, borrando essa

11 Ao explorar processos contra-hegemónicos de historização, a escrita reparativa em narrativas como *Um Defeito de Cor*, “Visão das Plantas” e “Bruma” é muito semelhante ao que Saidiya Hartman (2008) explorou no seu *Lose Your Mother: A Journey Along the Atlantic Slave Route* (Perder a Tua Mãe: Uma Viagem ao Longo da Rota Atlântica dos Escravos) e que teorizou em “Venus in Two Acts” (Venus em Dois Atos), como efabulação crítica, descrevendo-a nos seguintes termos: “ao brincar com e reorganizar os elementos básicos da história, ao rerepresentar a sequência de acontecimentos em histórias divergentes e a partir de pontos de vista contestados, tentei pôr em causa o estatuto do acontecimento, deslocar o relato recebido ou autorizado e imaginar o que poderia ter acontecido ou poderia ter sido dito ou poderia ter sido feito” (p. 11).

imagem do passado, das africanas que tinham de contar a história para ninar os da casa-grande” (Santana, 2020, para. 4). É igualmente uma forma de fazer sangrar as feridas da história que a memória ocultou; ou à semelhança do verso que Bica, protagonista do conto “A Gente Combinamos de Não Morrer” em *Olhos d’Água* (Evaristo, 2018), um dia leu: a escrita é uma maneira de fazer sangrar os pontos da ferida que só está aparentemente sarada.

Em *Portugal a Lápis de Cor*, Sheila Khan (2015) defende que os tempos pós-coloniais são os tempos em que devemos escutar as outras vozes, com as suas narrativas e conhecimentos, que legitimamente compõem o *puzzle* histórico de Portugal pós-colonial. São estas vozes que recuperam os pontos esquecidos da memória e a tornam multidirecional, polifônica de experiências que são naturalmente plurais. Desde 2015 até à data, têm-se multiplicado novas autorias na literatura portuguesa, esmagadoramente de mulheres: para além de Almeida, surgiram Yara Nakahanda Monteiro, Luísa Semedo, Gisela Casimiro, Patrícia Moreira, entre outras. A sua escrita não só denuncia aspetos do racismo estrutural, como refletem sobre a relação entre a construção da memória e as identidades nacionais que devem ser consideradas no espectro da sua pluralidade, pois comportam experiências diversas e relações distintas com a memória histórica. A decisão de publicação da antologia *Três Histórias de Esquecimento*, em 2021, reforça a progressiva visibilização de uma autoria portuguesa negra que se afirma como forma de resistência literária, problematizando e colocando em evidência as muitas interrogações refreadas por consensos aparentes em torno de uma memória histórica construída em prol de uma identidade nacional, unívoca, branca e heroica; são processos de escrita que fazem sangrar as muitas feridas ainda por sarar. Inocência Mata (2014) chamou a esta relação no espaço do Atlântico luso-afro-brasileiro as “encruzilhadas atlânticas” (p. 61); vozes portuguesas, brasileiras e, também, africanas que desvendam as rasuras da memória sobre a história colonial que as encruzilhadas encerram. O trabalho de Djaimilia Pereira de Almeida tem sido particularmente relevante para tecer estes pontos perdidos na memória, mostrando como a literatura pode oferecer reflexões para formas possíveis de reparação.

Agradecimentos

Este ensaio insere-se no âmbito do projeto *Literatura de Mulheres: Memórias, Periferias e Resistências no Atlântico Luso-Afro-Brasileiro* (PTDC/LLT-LES/0858/2021), financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Referências

- Almeida, D. P. de (2021). *Três histórias de esquecimento*. Relógio D'Água.
- Brandão, R. (1979). *Os pescadores*. Publicações Europa-América. (Trabalho original publicado em 1923)
- Carvalho, A. M. (2016). *Não se pode morar nos olhos de um gato*. Teorema.
- Coelho, A. L. (2016). *Deus-dará*. Tinta da China.
- Esquerda Net. (2016, 5 de maio). «História, (des)memória e hegemonia» | Fernando Rosas | Última lição [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=JxHwbiCnYxE>
- Evaristo, C. (2018). *Olhos d'água*. Pallas Mini.
- Francisco, S. (2022, 27 de junho). Portugal - Um país virado para o mar. *Diário de Notícias*. <https://www.dn.pt/sociedade/portugal--um-pais-virado-para-o-mar-14969482.html>
- Garrido, A. (2016). Estado Novo e maritismo: Ideologia e discursos culturais. *Biblos: Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, 2, 141–167. https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-2_7
- George, J. P. (2023). *Penha de França, Bairro das Novas Nações, Olivais: Toponímias coloniais em Lisboa*. Remapping Memories Lisboa. <https://www.re-mapping.eu/lugares-de-memoria/penha-de-franca-bairro-das-novas-nacoes-olivais>
- Gonçalves, A. M. (2009). *Um defeito de cor*. Editora Record.
- Hartman, S. (2008). Venus in two acts. *Small Axe*, 12(2), 1–14.
- Jerónimo, M. B., & Monteiro, J. P. (2020). *História(s) do presente: Os mundos que o passado nos deixou*. Tinta da China.
- Khan, S. (2015). *Portugal a lápis de cor. A sul de uma pós-colonialidade*. Almedina.
- Khan, S. (2021). Cartas, solidão e voz para uma pós-memória: *Maremoto*, de Djaimilia Pereira de Almeida. *Abril*, 13(27), 125–135. <https://doi.org/10.22409/abriluff.v13i27.50266>
- Lourenço, E. (2000). *O labirinto da saudade: Psicanálise mítica do destino português*. Građiva.

Lucas, I. (2018). Djaimilia Pereira de Almeida: Não é só raça, nem só género, é querer participar na grande conversa da literatura. *Público*. <https://www.publico.pt/2018/12/20/culturaipilon/noticia/djaimilia-1854988>

Marinho, F. (2016). *Romance histórico*. Dicionário de historiadores portugueses: Da Academia Real das Ciências ao final do Estado Novo. https://dichp.bnportugal.gov.pt/tematicas/tematicas_romance_historico.htm

Mata, I. (2014). Literaturas em português: Encruzilhadas atlânticas. *Via Atlântica*, 1(25), 59–82. <http://doi.org/10.11606/va.v0i25.69870>

Miranda, M. de. (2020). *Catálogo Contos de Lisboa/Tales of Lisbon*. Arquivo Municipal de Lisboa.

Portaria n.º 3/2021, de 4 de janeiro, Diário da República n.º 1/2021, Série I de 2021-01-04. (2021). <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/portaria/3-2021-152810683>

Presidência do Conselho de Ministros. (2019). Proposta de lei n.3/XIV. <https://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c324679626d56304c334e706447567a4c31684a566b786c5a79394562324e31625756756447397a5357357059326c6864476c32595338795954646a595459775979307759574d774c5451784e324574596d51344e6930794d7a6b774e47466d4d5759794d7a51755a47396a&fich=2a7ca60c-0ac0-417a-bd86-23904af1f234.doc&Inline=true>

Queiroz, E. de. (1888). *Os Maias. Obras completas* (Vol. II). Lello & Irmão Editores.

Queiroz, E. de. (1979). *Últimas páginas. Obras completas* (Vol. II). Lello & Irmão Editores.

Rebêlo, P. (1929). *A terra portuguesa: Esboço de uma doutrina agrária*. Tip. Ottosgráfica.

Ribeiro, M. C. (2016). A casa da nave Europa - Miragens ou projeções pós-coloniais?. In A. S. Ribeiro & M. C. Ribeiro (Eds), *Geometrias da memória: Configurações pós-coloniais* (pp. 15–42). Edições Afrontamento.

Ribeiro, O. (1945). *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico: Estudo geográfico*. Editora Lda.

Rothberg, M. (2009). *Multidirectional memory: Remembering the Holocaust in the age of decolonization*. Stanford University Press.

Santana, T. (2020, 9 de novembro). *Conceição Evaristo – A escrevivência serve também para as pessoas pensarem*. Itaú Social. <https://www.itausocial.org.br/noticias/conceicao-evaristo-a-escrevivencia-serve-tambem-para-as-pessoas-pensarem/>

Saramago, J. (2022). *Viagem a Portugal*. Porto Editora. (Trabalho original publicado em 1981)

Sharpe, C. (2016). *In the wake: On blackness and being*. Duke University Press.

toponimialisboa. (2015, 9 de novembro). *A Rua do Joaquim que era Paiva de Andrada*. Toponímia de Lisboa. <https://toponimialisboa.wordpress.com/2015/11/09/a-rua-do-joaquim-que-era-paiva-de-andrada/>

Traverso, E. (2020). *O passado, modos de usar: História, memória e política*. Tigre de Papel. (Trabalho original publicado em 2012)